



EDUCAÇÃO NÃO É MERCADORIA! O SINASEFE E A EDUCAÇÃO QUE QUEREMOS

“[...] Apenas por meio de uma troca viva de ideias é que se pode obter a atenção, a concentração de espírito entre os proletários que de modo geral não estão acostumados ao trabalho intelectual e, por isso, acabam por cansar-se mais facilmente. Mas esse método de ensino é especialmente recomendado pelo fato que um instituto de formação para lutadores da classe proletária não pode, em primeira instância, considerar como sua tarefa principal enfiar na cabeça de alunos mecanicamente uma soma de conhecimento positivo, mas sim a educação para o pensamento autônomo e sistemático.”

Rosa Luxemburgo

A Rede Federal de Educação está sob ataque. A reforma do ensino médio, a emenda do teto dos gastos, a reforma trabalhista, mudanças no PNLD, as recentes incursões da Justiça e da Polícia Federal contra universidades e institutos federais, e até o movimento Escola sem Partido são elementos que se entrelaçam numa trama que leva à mercadorização do ensino no Brasil, um movimento fortemente influenciado pelo Neoliberalismo.

Para dialogar sobre as influências do neoliberalismo na educação, devemos, antes, refletir sobre o conceito de democracia. Falamos aqui da democracia no seu sentido genuíno de garantia de direitos, que deve abranger a todos da sociedade, independente de classe, etnia, gênero. Porém, ainda estamos distantes desse modelo. Para Marilena Chauí a sociedade democrática a qual estamos construindo é estruturada no modelo do núcleo familiar, com relações de mando e obediência, com estrutura hierárquica bem definida, assim como era na sociedade colonial brasileira. Este modelo de sociedade autoritária considera os conflitos e as contradições como sinônimo de perigo, desordem, em resposta oferecem a repressão. Não só a repressão militar, mas também a repressão social, que opera na naturalização das desigualdades.

Essa lógica da repressão dialoga diretamente com a lógica neoliberal. Por ela, o Estado deve se afastar da regulação econômica, promover privatizações e transferindo para a iniciativa privada a oferta de todos os serviços públicos.

O governo Bolsonaro, com seu perfil de ultradireita, militarizado, miliciarizado e fundamentalista encarna precisamente a lógica do neoliberalismo. Como não poderia deixar de ser, a educação, elemento potencialmente perigoso à manutenção de qualquer regime de dominação, se torna um dos principais alvos também dessa política mercadorizante e cunho neoliberal.





Tome-se como exemplo do projeto “Future-se” (derrotado por força da grande mobilização imposta por diversos setores da sociedade civil, dentre eles os sindicatos e o SINASEFE): enganosamente prometia aumentar a capacidade financeira das instituições, mas que, no fundo, não passava de um verniz para atacar a autonomia universitária frente à possibilidade de sua gestão ser administrada por uma Organização Social, favorecendo o setor privado, não somente pela transferência direta de recursos às mãos de organizações privadas, mas também pelo direcionamento ao financiamento de pesquisas em instituições públicas para interesses corporativos.

Por essa ideologia, a ciência e a tecnologia nacionais são permanente desqualificados: as instituições de ensino e pesquisa são rotulados como antro de balbúrdia, com a alcunha de improdutivas, justamente um dos únicos espaços de resistência nessa sociedade, que defende os ideais democráticos e o pensamento crítico e, ao mesmo tempo, graças à sua infraestrutura, seus equipamentos e sua expertise adquirida ao longo de décadas deveriam ser repassadas à gestão privada.

Nesse cenário, tome-se como caso exemplar, que deve nos alertar para os riscos da disseminação desse espírito liberal e privatizante, tão alardeado como “necessário” para salvar a economia: em meio a uma enorme crise global de escassez de semicondutores, que afeta a produção mundial de veículos, o governo brasileiro tentou promover a liquidação do CEITEC, Centro Nacional de Tecnologia Avançada. Trata-se de uma estatal, criada em 2008, que abriga a única fábrica de semicondutores do Hemisfério Sul, que só não passou de forma gratuita para as mãos da iniciativa privada por uma ordem do TCU.

Mesmo com o fracasso do Projeto Future-se, os sucessivos cortes nas verbas da CAPES e do CNPQ, que caíram incríveis 75% desde 2015 apontam para a inevitável morte por inanição das já combalidas atividades de pesquisa e extensão que ainda sobrevivem nas universidades e institutos federais espalhados pelo Brasil.

É claro que estes cortes não são aleatórios, fruto da insanidade de Bolsonaro, Weintraub ou Milton Ribeiro. Eles são consequência direta da Emenda Constitucional 95/2016: embora tenha se tornado conhecida como a “PEC do teto dos gastos”, na realidade ela se trata de uma ferramenta de uma política de desinvestimentos nas áreas da educação, saúde e segurança. Porém, a mesma emenda não determina restrições de investimento público em empresas estatais de capital não dependente, e várias fundações públicas podem vir a se encaixar nesse perfil. Essa brecha é a porta de saída de recursos públicos para que essas fundações contratem





as empresas com competências reconhecidas para a complementação barata das novas demandas do ensino na rede federal de ensino.

Por fim, precisamos lembrar da reforma do ensino médio que, sorrateiramente, vem sendo implantada em nossos IFs, graças à traiçoeira colaboração de parte de nossos reitores, alinhados fielmente ao modelo neoliberal bolsonarista. Propagandeada pelo governo como algo que facilitaria a inserção dos jovens no mercado de trabalho e a possibilidade de escolha por parte do estudante por áreas e conteúdos com os quais melhor se identifica, trata-se, na verdade, de uma forma de fragilização dos currículos e da já precária estrutura organizacional da escola básica brasileira. Está claro que a lei que regulamenta a reforma foi cuidadosamente desenhada para garantir que grupos específicos se tornem os grandes ofertantes de pacotes e programas educacionais para esse novo ensino médio. A fórmula para que alcancem esse objetivo se revela na letra da lei. Vejamos: O Art. 36 prevê que, “para efeito de cumprimento das exigências curriculares do ensino médio, os sistemas de ensino poderão reconhecer competências e firmar convênios com instituições de educação a distância com notório reconhecimento, mediante diversas formas de comprovação demonstração prática, ou ainda, atividades de educação técnica oferecidas em outras instituições de ensino credenciadas, cursos oferecidos por centros ou programas ocupacionais, estudos realizados em instituições de ensino nacionais ou estrangeiras”. Colocados nas mãos de empresas de capital não dependentes, esses convênios são a chave para uma derrama de recursos públicos para entidades privadas por fora do famigerado teto.

Pelo exposto nesta tese, nós do Coletivo 1º de Maio apresentamos uma das leituras que fazemos das políticas públicas educacionais do governo, assim como a ausência de políticas e o fim de políticas existentes como forma de ataque às instituições públicas que têm autonomia para posicionar-se criticamente e tem forte influência na sociedade.

Dessa forma, propomos:

- A. Que o SINASEFE permaneça na luta e fortaleça a defesa da Rede Federal de Educação Tecnológica frente aos ataques e tentativas de desmontes, lutando pela garantia de sua função social conforme a Lei 11892 e reforçando seu caráter público, gratuito, laico, universal, estatal e de qualidade socialmente referenciado;
- B. Que o SINASEFE se mantenha atento e fortaleça a luta pelo Ensino Médio Integrado como modelo de Educação Profissional associada a uma perspectiva que vise à formação crítica e integral;





- C. Que o SINASEFE lute contra toda e qualquer iniciativa privatizante no seio da Rede Federal;
- D. Que o SINASEFE defenda e cobre dos reitores formas de promover uma busca ativa para trazer de volta para a Rede todos os estudantes que, em função da pandemia, tenham evadido, bem como criar mecanismos de identificação e resgate de conteúdos perdidos ou não apreendidos neste período.

Assinam a tese junto com a Unidade Sindical Primeiro de Maio – US #1M:

Aluísio Coelho - Seção Colégio Militar de Recife
Antônio Nobre da Silva (Didi) - Seção Cáceres IFMT
Ariovan da Silva Martins - Seção Barbacena EPCAR
Camila Cunha - Seção Brasília IFB
Carlos Henrique Xavier Endo - Seção IFSP
Christian Gilioi - Seção IFSP
Daniel Neri - Seção IFMG
Davi César da Silva - Seção Videira IFC
Denilza Frade - Seção IFSP
Dhieggo Glaucio - SINTEFPB
Diego Rodolfo Simões de Lima - Seção Videira IFC
Elenira Vilela - Seção IFSC
Eliel Regis de Lima - Seção Cáceres IFMT
Elizangela Maria Esteves de Barros - Seção IFSP
Emanuel Luiz Flôres da Silva - Seção IFSC
Felipe Lima - Seção IFES
Francini Carla Grzeca - Seção Videira IFC
Herlon Iran Rosa - Seção Litoral IFC
Inez Deliberaes Montecchi - Seção Cáceres IFMT
Isaías dos Santos - Seção Litoral IFC
José Paulo Monteiro - Seção IFSC
Kyanny Onofre Pompilio - Seção IFSC
Marcelo Assunção - Seção Colégio Militar do Rio de Janeiro
Mário Luiz - Seção Litoral IFC





Acesse esse QR Code para
conhecer as outras teses da US#1M

Marlene Socorro - Seção IFBA
Matheus Santana - Seção IFBA
Olaine Aparecida Zilio Morona - Seção IFSC
Priscila Cardoso - Seção Litoral IFC
Rosa Maria Mota Costa - Seção IFBA
Sérgio Rodrigues - SINTEFPB
Silvia da Silva Seção - Seção Concórdia IFC
Tomaz Fantin de Souza - Seção IFSUL



**Confira todas as teses assinadas pela US#1M (acesse pelo QR Code
ao lado)**



**UNIDADE SINDICAL PRIMEIRO DE MAIO E A BUSCA DE UMA NOVA ORIENTAÇÃO
PARA O SINASEFE**

EDUCAÇÃO NÃO É MERCADORIA! O SINASEFE E A EDUCAÇÃO QUE QUEREMOS

**O GOLPE, PANDEMIA, E O AGRAVAMENTO DAS CONDIÇÕES DE VIDA DA CLASSE
TRABALHADORA BRASILEIRA**

O CAPITALISMO EM CRISE, GUERRAS E FOME

O SUPERMILITANTE: UMA REFLEXÃO SOBRE O PERSONALISMO NO SINASEFE

**DIANTE DA PRECARIZAÇÃO E DESMONTE DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL, O FORA
BOLSONARO NOS IMPULSIONA A TOMAR DE VEZ AS RUAS**

O PAPEL DO SINASEFE NA DEFESA DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO.

**SINASEFE NA LUTA CONTRA TODAS AS FORMAS DE OPRESSÃO E
DISCRIMINAÇÃO: PELA LIBERDADE DE SER QUEM SE É!**

